Manifestação Eco Forte

Caro Fábio,

Em resposta ao seu interesse no Projeto Agroextrativista Maracá, é importante destacar sua natureza inovadora e seus benefícios ambientais e sociais significativos. Este projeto impulsiona a economia local, combate a extração ilegal de madeira e promove práticas sustentáveis de extrativismo, envolvendo famílias assentadas por meio do programa Bolsa Floresta.

Para seu esclarecimento, a TW Forest está no Amapá desde 2003 e tem um parque industrial bem estabelecido. É a primeira empresa do estado a ser triplamente reconhecida por boas práticas ambientais, com certificações do Forest Stewardship Council (FSC), do Programme of Endorsement for Forest Certification Schemes (PEFC) e o Selo Verde do Amapá. Isso implica uma auditoria permanente de organismos nacionais e internacionais que atestam que os produtos fornecidos atendem padrões internacionais de preservação do meio ambiente. Também está submetida a fiscalizações constantes do IBAMA e da SEMA. A TW Forest venceu a concorrência pública constante do Edital de Concorrência nº 001/2015-IEF (Processo nº 230.205.203/2014-IEF), para executar o primeiro plano de manejo florestal sustentável da floresta estadual do Amapá.

A empresa jamais foi autuada por extração ilegal de madeira. As únicas quatro multas do IBAMA que recebeu em seus 20 anos de existência se referiram a falhas documentais que foram sanadas. A maior delas, inclusive, se deve a erro do próprio poder público, não da empresa, motivo pelo qual foi contestada. Prova disso é que as atividades jamais foram suspensas. Essas multas comprovam que as atividades da empresa estão sob fiscalização constante. E que as licenças renovadas anualmente chancelam a lisura de todos os processos.

A Eco Forte Bioenergia, que mantém um contrato privado e particular com a Associação dos Trabalhadores do Assentamento Agroextrativista Maracá (Atexma), vem investindo fortemente em capital humano, máquinas, certificações e estudos para mitigar riscos e impactos, visando o crescimento socioeconômico e ambiental das famílias envolvidas no Projeto.

O Projeto Agroextrativista Maracá, certificado internacionalmente, não apenas impulsiona a economia local, mas também combate efetivamente a extração ilegal de madeira, envolvendo famílias em práticas de extrativismo sustentável por meio do programa Bolsa Floresta. Toda a madeira extraída é rastreável, garantindo sua origem e legalidade.

Esse projeto só deu certo e vem sendo uma referência para o mundo porque é o primeiro baseado em um tripé de sustentabilidade: ambiental, social e econômico. O manejo sustentável, por exemplo, prevê extração limitada e controlada de espécies, com mapeamento georreferenciado e rastreamento de cada tora, de modo a não comprometer a biodiversidade.

A fiscalização é feita tanto pela empresa quanto por órgãos de controle. Essa presença inibe a extração ilegal por oportunistas nessas áreas.

Pela participação no projeto, mediante manifestação por contrato registrado em cartório, os assentados recebem da ATEXMA a remuneração definida nesses instrumentos. O modelo de remuneração foi baseado no contrato de concessão estadual. O que diferencia ambos é que os valores pagos pela Eco Forte vão diretamente para a ATEXMA, que é responsável pela gestão, homologada pelo INCRA, para a distribuição dos recursos de forma igualitária a todos os beneficiados que aderiram ao Projeto. Enquanto no contrato de concessão da empresa TW Forest os valores são pagos diretamente para o Estado do Amapá.

Todo esse avanço só foi possível graças à visão e colaboração estritamente institucional de autoridades políticas, especialmente o governador e os senadores do estado e o prefeito de Mazagão. Até mesmo o presidente da República tomou conhecimento e incentivou a continuidade do projeto. Não só eles, mas também o Poder Judiciário e os responsáveis pelos órgãos fiscalizadores internos e externos concorrem, conjuntamente, para o sucesso permanente da iniciativa e a execução rigorosa dos contratos.

Entretanto, é lamentável que grupos econômicos externos ao Amapá tenham propagado informações falsas para desacreditar o projeto, visando exclusivamente seus interesses próprios. Diante dessa injustiça, estamos prontos para tomar medidas legais para proteger a integridade do projeto e garantir que a verdade prevaleça.